

STVD Holdings S.A.

CNPJ 60.688.256/0001-65
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Osasco, SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da STVD Holdings S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

São Paulo, SP, 27 de janeiro de 2016.

Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais		DEZEMBRO - Em Milhares de Reais			
ATIVO	2015	2014	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE	1.520.031	1.636.626	CIRCULANTE	54.009	39.426
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	31.015	27.461	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 14).....	52.635	38.633
Ativos Financeiros para Negociação (Nota 6)	1.419.227	930.486	Dividendos a Pagar (Nota 8c).....	1.302	653
Empréstimos e Recebíveis (Nota 7).....	-	676.705	Outras Obrigações	72	140
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 14e).....	69.789	1.694			
Créditos Tributários (Nota 14c).....	-	280	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.733.454	1.597.773
NÃO CIRCULANTE	267.432	573	Capital Social:		
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	267.432	573	- De Domiciliados no País	917.988	917.988
Empréstimos e Recebíveis (Nota 7).....	267.432	-	- Reservas de Lucros (Nota 8b).....	815.466	679.785
Créditos Tributários (Nota 14c).....	-	573			
TOTAL	1.787.463	1.637.199	TOTAL	1.787.463	1.637.199

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais		DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais							
RECEITAS OPERACIONAIS	2015	2014	Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros Legal	Reservas de Lucros Estatutária	Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Totais
Dividendos de Investimentos	141	90.835	Saldos em 31.12.2013	917.988	33.146	578.536	24.505	-	1.554.175
Outras Receitas Operacionais (Nota 10).....	-	1.517	Aumento do Capital Social por Subscrição	-	-	-	-	-	-
DESPEAS OPERACIONAIS	8.591	74.630	Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	68.756	68.756	-
Despesas Tributárias (Nota 11)	5.512	158	Instrumentos Financeiros Disponíveis para Venda	-	-	-	(24.505)	-	(24.505)
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 12).....	3.079	74.472	Lucro Abrangente	-	-	-	-	-	44.251
RESULTADOS FINANCEIROS	215.466	162.139	Destinações: Reservas.....	-	3.438	64.665	-	(68.103)	-
Receitas/Despesas Financeiras (Nota 9)	215.466	162.139	- Dividendos Pagos	-	-	-	-	(653)	(653)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	207.016	178.444	Saldos em 31.12.2014	917.988	36.584	643.201	-	-	1.597.773
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 14a)	(70.033)	(109.688)	Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	136.983	136.983
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	136.983	68.756	Destinações: Reservas.....	-	6.849	128.832	-	(135.681)	-
Número de Ações.....	9.491.078.345	9.491.078.345	- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(1.302)	(1.302)
Lucro Líquido Básico por lote de mil ações em R\$	14,43	7,24	Saldos em 31.12.2015	917.988	43.433	772.033	-	-	1.733.454

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais		DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais					
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:	2015	2014	Descrição	2015	%	2014	%
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	207.016	178.444	1 - RECEITAS	141	0,1	123.058	68,9
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	(3)	5.831	1.1) Vendas Mercadorias, Produtos e Serviços	-	-	32.114	18,0
Resultado na Venda de Investimento	(3)	(32.095)	1.2) Outras Receitas	141	0,1	90.944	50,9
Juros, Variações Monetárias.....	(3)	37.926	2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(3.079)	(1,5)	(112.373)	(62,9)
Lucro Líquido Ajustado	207.013	184.275	2.1) Editais e Publicações.....	(145)	(0,1)	(77)	-
(Aumento) em Ativos Financeiros para Negociação.....	(115.813)	(121.875)	2.2) Serviços de Terceiros	(722)	(0,3)	(12)	-
(Aumento)/Redução Tributos a Compensar ou a Recuperar	(69.778)	(1.537)	2.3) Patrocínios	(2.151)	(1,1)	(1.927)	(1,1)
Redução em Outras Obrigações	900	(17.071)	2.4) Despesas Financeiras	-	-	(37.901)	(21,2)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(54.460)	(99.852)	2.5) Outros	(61)	-	(72.456)	(40,6)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	(32.138)	(56.060)	3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	(2.938)	(1,4)	10.684	6,0
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:			4 - RETENÇÕES	-	-	-	-
Alienação de Investimentos	36.345	-	5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	(2.938)	(1,4)	10.684	6,0
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimentos	36.345	-	6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	215.466	101,4	167.926	94,0
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:			6.1) Receitas Financeiras	215.466	101,4	167.926	94,0
Dividendos Pagos	(653)	(928)	7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	212.528	100,0	178.610	100,0
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamentos	(653)	(928)	8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL	212.528	100,0	178.610	100,0
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	3.554	(56.988)	8.1) Impostos, Taxas e Contribuições	75.545	35,6	109.845	61,5
- Início do Exercício	27.461	84.449	Federais	75.545	35,6	109.845	61,5
- Fim do Exercício.....	31.015	27.461	Estaduais	-	-	-	-
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	3.554	(56.988)	Municipais	-	-	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais		DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais					
Lucro Líquido do Exercício	2015	2014	Descrição	2015	%	2014	%
Outros Resultados Abrangentes	-	(24.505)	8.2) Remuneração de Capitais Próprios	136.983	64,4	68.756	38,5
Total do Resultado Abrangente do Exercício	136.983	44.251	Dividendos	1.302	0,6	653	0,4
			Lucros Retidos	135.681	63,8	68.103	38,1

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL

A STVD Holdings S.A. é uma Companhia que tem por objetivo: a administração de bens, direitos e rendas próprias, não prestando serviços dessa espécie a terceiros; a compra, venda e locação de bens móveis, imóveis e semoventes; a mediação de negócios; a participação em outras Companhias, como cotista e acionista; a promoção e realização de projetos e empreendimentos, inclusive mediante aplicação de capital, por conta própria, no interesse da Companhia. A STVD Holdings S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 27 de janeiro de 2016.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

2.2) Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é real (R\$). As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.

2.4) Ativos financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria: para negociação, disponíveis para venda, empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Ativos financeiros para negociação

Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação quando designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado. Utilizando o método da taxa efetiva de juros.

2.5) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

2.6) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.7) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.8) Patrimônio líquido

a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.9) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos financeiros e demais ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

2.10) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%.

A despesa com imposto de renda é constituída do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício e do imposto diferido proveniente de ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes. As modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do período, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e alterações posteriores, foram contempladas fiscalmente pelo novo regime de tributação vigente instituído pela Lei nº 12.973/14.

2.11) Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata* dia) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata* dia).

3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

Valor justo de ativos e passivos financeiros

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

Nível 1

Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2

Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).

Nível 3

Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Determinados ativos, como outros intangíveis e investimentos pelo método da equivalência patrimonial, estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda ao valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda de valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda ao valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Em 31 de dezembro	
	2015	2014
Disponibilidades em moeda nacional (1).....	10	235
Fundos de investimentos financeiros (2).....	31.005	27.226
Total de caixa e equivalentes de caixa	31.015	27.461

(1) Refere-se a depósito bancário à vista; e

(2) Referem-se a aplicações de renda fixa em Fundos de Investimentos Financeiros (composto por Letras Financeiras do Tesouro e Operações Compromissadas), exclusivos a integrantes da Organização Bradesco ou companhias a ele ligadas, que sejam considerados investidores qualificados, administrados pelo Banco Bradesco S.A.

continua

Sumário Caderno Empresarial 2

BALANÇO

CIA HABITACIONAL REGIONAL DE RIBEIRÃO PRETO.....	3
STVD HOLDINGS S.A.	5



Diário Oficial Empresarial 2

Estado de São Paulo

Volume 126 • Número 68

Página 5

São Paulo, quarta-feira, 13 de abril de 2016

Imprensa Oficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO	
CIA HABITACIONAL REGIONAL DE RIBEIRÃO PRETO.....	3
STVD HOLDINGS S.A.	5

STVD Holdings S.A.
CNPJ 60.688.256/0001-65
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Osasco, SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

6) ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO

Títulos	2015				2014			
	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (1)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado	Até 360 dias	Valor de mercado/contábil (2)	Valor de custo atualizado	Marcação a mercado
Letras financeiras	1.419.227	1.419.227	1.412.757	6.470	930.486	930.486	930.486	2.464
Total em 2015	1.419.227	1.419.267	1.412.757	6.470	930.486	930.486	930.486	2.464

(1) Representado por Letras Financeiras emitidas pelo Banco Bradesco S.A., com vencimento para 14.12.2017, remunerada pela taxa de 105,25% do CDI; e
(2) Representado por Letras Financeiras, emitidas pelo Banco Bradesco S.A., vencida em 14.12.2015 e remunerada pela taxa de 104,00% CDI, classificadas como Nível 2.

7) EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

	Em 31 de dezembro	
	2015	2014
Aplicações em operações compromissadas (1)	267.432	640.359
Ações de emissão da investida BM&FBOVESPA (2)	-	36.346
Total	267.432	676.705

(1) Refere-se a operações compromissadas com lastros em Debêntures, emitidas pela Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, à taxa de 100% DI, com vencimento em 14.12.2017; e
(2) Valor referente à provisão para recebimento, face à liquidação do investimento total de 3.741.400 Ações "ON" da BM&FBOVESPA, data do pregão 30.12.2014 ao preço unitário de R\$ 9,72 cada ação. Recebido em 06.01.2015.

8) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações
O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2015	2014
Ordinárias	9.491.078.345	9.491.078.345
Total	9.491.078.345	9.491.078.345

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro	
	2015	2014
Reservas de lucros	815.466	679.785
- Reserva legal (1)	43.433	36.584
- Reserva estatutária (2)	772.033	643.201

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e
(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos mínimos obrigatórios
Pagamento de dividendos, propostos pela Diretoria que, o mínimo obrigatório do exercício, de 1% (um por cento) do respectivo lucro líquido, ajustado nos termos da Lei societária. A assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.
Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2015 e 2014 estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro	
	2015	2014
Lucro líquido do exercício	136.983	68.756
Reserva legal	(6.849)	(3.438)
Base de cálculo	130.134	65.318
Dividendos mínimos obrigatórios	1.302	653
Total dos dividendos	1.302	653

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.

9) RECEITAS FINANCEIRAS

	Em 31 de dezembro	
	2015	2014
Rendimento de letras financeiras (LF)	130.805	94.188
Rendimento de operações compromissadas	78.876	64.894
Rendimento de aplicações em fundos de investimentos financeiros	5.782	8.835
Receita de vendas de investimentos (1)	-	32.114
Juros Selic sobre processo anistia	-	(37.901)
Outros	3	9
Total	215.466	162.139

(1) Lucro apurado no mês de 01.2015 sobre venda de 3.741.400 ações ON de emissão do BM&FBOVESPA.

10) OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS
Outras Receitas Operacionais referem-se ao ganho do processo anistiado sobre o pagamento de IRPJ e CSLL (2014 - R\$ 89.418).

11) DESPESAS TRIBUTÁRIAS

	Em 31 de dezembro	
	2015	2014
COFINS	4.741	-
PIS	770	-
Outras	1	158
Total	5.512	158

12) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Em 31 de dezembro	
	2015	2014
Doações/patrocínios	2.151	1.927
Serviços de terceiros	722	12
Editais e publicações	145	77
Multas indedutíveis (1)	-	70.269
Outras	61	2.187
Total	3.079	74.472

(1) Refere-se à multa sobre processo Anistiado.

13) PARTES RELACIONADAS
As transações com partes relacionadas estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro	
	2015	2014
Caixa e equivalentes de caixa:		
Banco Bradesco S.A.	10	235
Aplicações financeiras letras financeiras:		
Banco Bradesco S.A.	1.419.227	930.486
Empréstimos e recebíveis:		
Banco Bradesco S.A.	267.432	78.876
Dividendos/juros sobre capital próprio a pagar:	(1.302)	(653)
Japira Holdings S.A.	(1.271)	-
Banco Bradesco S.A.	(4)	(2)
Banco Alvorada S.A.	(7)	(3)
Bradesco S.A. CTVM S.A.	(16)	(8)
Banco Bradesco BBI S.A.	(4)	(2)

14) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2015	2014
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social)	207.016	178.444
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(70.385)	(60.671)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Despesas e provisões líquidas de receitas não tributáveis	(606)	6.362
Incentivos fiscais e efeito do adicional de IR 10%	1.805	1.951
Outros valores	6	(57.330)
Reversão de crédito tributário	(853)	-
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(70.033)	(109.688)

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro	
	2015	2014
Impostos correntes:		
Imposto de renda e contribuição social devidos	(69.180)	(109.683)
Impostos diferidos:		
Constituição/baixa, no exercício, sobre adições temporárias	(853)	(5)
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(70.033)	(109.688)

c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos

	Em 31 de dezembro	
	2014	2015
Provisão para perda de ativos fiscais	830	830
Outras provisões	23	23
Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias	853	853
Total dos créditos tributários	853	853

d) Créditos tributários não ativados
Em 31 de dezembro de 2015, não foram constituídos créditos tributários, (2014 - R\$ 853), os quais serão registrados quando atenderem aos aspectos regulamentares e/ou apresentarem efetivas perspectivas de realização, de acordo com o estudo técnico e análises elaboradas pela Administração.

e) Tributos a compensar ou recuperar
Refere-se a impostos de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras, no montante de R\$ 69.789 (2014 - R\$ 1.694).

f) Impostos e contribuições a recolher
Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 52.635 (2014 - R\$ 38.633), referem-se a Imposto de Renda de R\$ 50.395 (2014 - R\$ 37.978), Contribuição Social de R\$ 1.273 (2014 - R\$ 655) e PIS de R\$ 135 e Cofins de R\$ 832.

15) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2015 e de 2014.
b) Em 1º de abril de 2015, foi publicada o Decreto nº 8.426 que restabelece, a partir de 1º de julho de 2015, as alíquotas da Contribuição para o PIS/PASEP (0,65%) e da COFINS (4%) incidentes sobre receitas financeiras auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições.
c) Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2015.

A DIRETORIA
Edmar Carlos Pereira – Contador – CRC 1SP210689/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Diretores da
STVD Holdings S.A
Osasco - SP

Examinamos as demonstrações contábeis da STVD Holdings S.A. ("Companhia") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da administração sobre as demonstrações contábeis
A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis estão livres de distorção relevante.
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações contábeis. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de

expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião
Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da STVD Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos
Demonstração do valor adicionado
Examinamos também, a demonstração do valor adicionado, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 5 de abril de 2016

KPMG
KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP028567/O-1 F SP

Marco Antonio Pontieri
Contador CRC 1SP153569/O-0



io e-negociospublicos

Divulgação das licitações de todos os negócios públicos realizados no Estado, disponíveis gratuitamente para pesquisa.

Imprensa Oficial, garantia de transparência e segurança da informação
www.imprensaoficial.com.br/negociospublicos

STVD Holdings S.A.

CNPJ 60.688.256/0001-65
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Osasco, SP

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as demonstrações contábeis da STVD Holdings S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

São Paulo, SP, 27 de janeiro de 2016.
Diretoria

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

	2015	2014		2015	2014
ATIVO			PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		
CIRCULANTE	1.520.031	1.636.626	CIRCULANTE	54.009	39.426
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5)	31.015	27.461	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 14)	52.635	38.633
Ativos Financeiros para Negociação (Nota 6)	1.419.227	930.486	Dividendos a Pagar (Nota 8c)	1.302	653
Empréstimos e Recebíveis (Nota 7)	-	676.705	Outras Obrigações	72	140
Tributos a Compensar ou a Recuperar (Nota 14e)	69.789	1.694			
Créditos Tributários (Nota 14c)	-	280	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	1.733.454	1.597.773
NÃO CIRCULANTE	267.432	573	Capital Social	-	-
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	267.432	573	- De Domiciliados no País	917.989	917.989
Empréstimos e Recebíveis (Nota 7)	267.432	573	Reservas de Lucros (Nota 8b)	815.466	679.785
Créditos Tributários (Nota 14c)	-	573			
TOTAL	1.787.463	1.637.199	TOTAL	1.787.463	1.637.199

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

	2015	2014
RECEITAS OPERACIONAIS	141	90.935
Dividendos de Investimentos	-	1.517
Outras Receitas Operacionais (Nota 10)	141	89.418
DESPESAS OPERACIONAIS	8.591	74.630
Despesas Tributárias (Nota 11)	5.512	158
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 12)	3.079	74.472
RESULTADOS FINANCEIROS	162.139	162.139
Receitas/Despesas Financeiras (Nota 9)	215.466	162.139
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO	207.016	178.444
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 14a)	(70.033)	(109.688)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	136.983	68.756
Número de Ações	9.491.078.345	9.491.078.345
Lucro Líquido Básico por lote de mil ações em R\$	14,43	7,24

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

	2015	2014
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	207.016	178.444
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos	(3)	6.831
Resultado na Venda de Investimento	-	(32.095)
Juros, Variações Monetárias	(3)	37.926
Lucro Líquido Ajustado	207.013	184.275
(Aumento) em Ativos Financeiros para Negociação	(115.813)	(121.875)
(Aumento)/Redução Tributos a Compensar ou a Recuperar	(69.778)	(1.537)
Redução em Outras Obrigações	900	(17.071)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(54.460)	(99.852)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades Operacionais	(32.138)	(56.060)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:		
Alienação de Investimentos	36.345	-
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Investimentos	36.345	-
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:		
Dividendos Pagos	(653)	(928)
Caixa Líquido Proveniente das Atividades de Financiamentos	(653)	(928)
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	3.554	(56.988)
- Início do Exercício	27.461	84.449
- Fim do Exercício	31.015	27.461
Aumento/(Redução) de Caixa e Equivalentes de Caixa	3.554	(56.988)

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

	2015	2014
Lucro Líquido do Exercício	136.983	68.756
Outros Resultados Abrangentes	-	(24.505)
Total do Resultado Abrangente do Exercício	136.983	44.251

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

1) CONTEXTO OPERACIONAL
A STVD Holdings S.A. é uma Companhia que tem por objetivo: a administração de bens, direitos e rendas próprias, não prestando serviços dessa espécie a terceiros; a compra, venda e locação de bens móveis, imóveis e semoventes; a mediação de negócios; a participação em outras Companhias, como cotista e ou acionista; a promoção e realização de projetos e empreendimentos, inclusive mediante aplicação de capital, por conta própria, no interesse da Companhia. A STVD Holdings S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser analisadas neste contexto.
A autorização para a emissão dessas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 27 de janeiro de 2016.

2) PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
As principais práticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas práticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis
As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.
A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

2.2) Moeda funcional e de apresentação
Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua, que é real (R\$). As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3) Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional e fundos de investimentos financeiros, e apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente convertíveis em dinheiro.

2.4) Ativos financeiros
A Companhia classifica seus ativos financeiros sob a categoria: para negociação, disponíveis para venda, empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

a) Ativos financeiros para negociação
Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação quando designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidos no resultado do exercício.

b) Empréstimos e recebíveis
Os empréstimos e recebíveis são ativos reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado. Utilizando o método da taxa efetiva de juros.

2.5) Determinação do valor justo
O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

2.6) Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)
Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável. A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo, um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.
Uma perda por redução ao valor recuperável (impairment) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.7) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais
O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo "contingente" é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

6) ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO

Títulos	2015		2014		Marcação a mercado	Até 360 dias	2014		Marcação a mercado
	Acima de 360 dias	Valor de mercado/contábil (1)	Valor de custo atualizado	Valor de mercado/contábil (2)			Valor de custo atualizado		
Letras financeiras	1.419.227	1.419.227	1.412.757	6.470	930.486	930.486	930.486	2.464	
Total em 2015	1.419.227	1.419.267	1.412.757	6.470	930.486	930.486	930.486	2.464	
Total em 2014									

(1) Representado por Letras Financeiras emitidas pelo Banco Bradesco S.A., com vencimento para 14.12.2017, remunerada pela taxa de 105,25% do CDI; e
(2) Representado por Letras Financeiras, emitidas pelo Banco Bradesco S.A., vencida em 14.12.2015 e remunerada pela taxa de 104,00% CDI, classificadas como Nível 2.

7) EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS

	Em 31 de dezembro	
	2015	2014
Aplicações em operações compromissadas (1)	267.432	640.359
Ações de emissão da investida BM&FBOVESPA (2)	-	36.346
Total	267.432	676.705

(1) Refere-se a operações compromissadas com lastros em Debêntures, emitidas pela Bradesco Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, à taxa de 100% DI, com vencimento em 14.12.2017; e
(2) Valor referente à provisão para recebimento, face à liquidação do investimento total de 3.741.400 Ações "ON" da BM&FBOVESPA, data do pregão 30.12.2014 ao preço unitário de R\$ 9,72 cada ação. Recebido em 06.01.2015.

8) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do capital social em ações

O Capital Social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2015	2014
Ordinárias	9.491.078.345	9.491.078.345
Total	9.491.078.345	9.491.078.345

b) Reservas de lucros

	Em 31 de dezembro	
	2015	2014
Reservas de lucros	815.466	679.785
- Reserva legal (1)	43.433	36.584
- Reserva estatutária (2)	772.033	643.201

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e
(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Companhia, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

c) Dividendos mínimos obrigatórios

Pagamento de dividendos, propostos pela Diretoria que, o mínimo obrigatório do exercício, de 1% (um por cento) do respectivo lucro líquido, ajustado nos termos da Lei societária. A assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.
Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2015 e 2014 estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro		Em 31 de dezembro	
	2015	% (1)	2014	% (1)
Lucro líquido do exercício	136.983		68.756	
Reserva legal	(6.849)		(3.438)	
Base de cálculo	130.134		65.318	
Dividendos mínimos obrigatórios	1.302		653	
Total dos dividendos	1.302	1,0	653	1,0

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Milhares de Reais

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Outros Resultados Abrangentes	Lucros Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária			
Saldo em 31.12.2013	917.989	33.146	578.536	24.505	-	1.554.175
Aumento do Capital Social por Subscrição	-	-	-	-	-	-
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	68.756	68.756
Instrumentos Financeiros Disponíveis para Venda	-	-	-	(24.505)	-	(24.505)
Lucro Abrangente	-	-	-	-	-	44.251
Destinações: - Reservas	-	3.438	64.665	-	(68.103)	-
- Dividendos Pagos	-	-	-	-	(653)	(653)
Saldo em 31.12.2014	917.989	36.584	643.201	-	-	1.597.773
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	136.983	136.983
Destinações: - Reservas	-	6.849	128.832	-	(135.681)	-
- Dividendos Propostos	-	-	-	-	(1.302)	(1.302)
Saldo em 31.12.2015	917.989	43.433	772.033	-	-	1.733.454

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EM 31 DE DEZEMBRO - Em Milhares de Reais

Descrição	2015	%	2014	%
1 - RECEITAS	141	0,1	123.058	68,9
1.1) Vendas Mercadorias, Produtos e Serviços	-	-	32.114	18,0
1.2) Outras Receitas	141	0,1	90.944	50,9
2 - INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS	(3.079)	(1,5)	(112.373)	(62,9)
2.1) Editoriais e Publicações	(145)	(0,1)	(77)	-
2.2) Serviços de Terceiros	(722)	(0,3)	(12)	-
2.3) Patrocínios	(2.151)	(1,1)	(1.927)	(1,1)
2.4) Despesas Financeiras	-	-	(37.901)	(21,2)
2.5) Outros	(61)	-	(72.456)	(40,6)
3 - VALOR ADICIONADO BRUTO (1-2)	(2.938)	(1,4)	10.684	6,0
4 - RETENÇÕES	-	-	-	-
5 - VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA ENTIDADE (3-4)	(2.938)	(1,4)	10.684	6,0
6 - VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA	215.466	101,4	167.926	94,0
6.1) Receitas Financeiras	215.466	101,4	167.926	94,0
7 - VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR (5+6)	212.528	100,0	178.610	100,0
8 - DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL	212.528	100,0	178.610	100,0
8.1) Impostos, Taxas e Contribuições	75.545	35,6	109.845	61,5
Federais	75.545	35,6	109.845	61,5
Estatuárias	-	-	-	-
Municipais	-	-	-	-
8.2) Remuneração de Capitais Próprios	136.983	64,4	68.756	38,5
Dividendos	1.302	0,6	653	0,4
Lucros Retidos	135.681	63,8	68.103	38,1

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

2.8) Patrimônio líquido

a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico. O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Companhia e mantidas em tesouraria.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

2.9) Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia. A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia.

Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem rendas sobre fundos de investimentos financeiros e demais ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

2.10) Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais

continuação

STVD Holdings S.A.

CNPJ 00.688.256/0001-65
Sede: Núcleo Cidade de Deus, Osasco, SP

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Milhares de Reais

14) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro 2015	2014
Resultado antes dos tributos (imposto de renda e contribuição social).....	207.016	178.444
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente.....	(70.385)	(60.671)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Despesas e provisões líquidas de receitas não tributáveis.....	(606)	6.362
Incentivos fiscais e efeito do adicional de IR 10%.....	1.805	1.951
Outros valores.....	6	(57.330)
Reversão de crédito tributário.....	(853)	-
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(70.033)	(109.688)

b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social

	Em 31 de dezembro 2015	2014
Impostos correntes:		
imposto de renda e contribuição social devidos.....	(69.180)	(109.688)
Impostos diferidos:		
Impostos diferidos, no exercício, sobre adições temporárias.....	(853)	(5)
Imposto de renda e contribuição social do exercício.....	(70.033)	(109.688)

A DIRETORIA

Edmar Carlos Pereira – Contador – CRC 1SP210689/O-2

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação das demonstrações contábeis sobre diferenças temporárias contábeis tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da STVD Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

Examinamos também, a demonstração do valor adicionado, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015, que está sendo apresentada como informação suplementar. Essa demonstração foi submetida aos mesmos procedimentos de auditoria descritos anteriormente e, em nossa opinião, está adequadamente apresentada, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Osasco, 5 de abril de 2016

Marco Antonio Pontieri
Contador CRC 1SP153569/O-0

LOG-IN - LOGÍSTICA INTERMIO S.A. COMPANHIA ABERTA

CNPJ nº 42.278.291/0001-24 - NIRE nº 3300.026.074-9

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA. Ficam convidados os Senhores Acionistas da LOG-IN - LOGÍSTICA INTERMIO S.A. ("Companhia") a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, no dia 28 (vinte e oito) de abril de 2016, às 15:00 horas, na sede da Companhia, localizada na Cidade e Estado do Rio de Janeiro, na Praia de Botafogo, nº 501, Torre Corcovado, nº andar - sala 703, Botafogo, a fim de deliberar sobre as seguintes matérias constantes da Ordem do Dia: **1- ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA:** (i) Tomar as contas dos administradores, discutir e votar pela aprovação das demonstrações financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015; (ii) Apreciar a destinação do resultado do exercício social findo em 31 de dezembro de 2015; (iii) Eleger os novos membros titulares e suplentes do Conselho de Administração, com mandato até a Assembleia Geral (OIV) em 2018; (iv) Fixar a remuneração global dos Administradores; (v) Eleger os membros titulares e suplentes do Conselho Fiscal para o exercício de 2016 e fixar sua remuneração; **2- ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:** (i) Aprovar a proposta de agrupamento da totalidade das ações ordinárias da Companhia, na proporção de 5 (cinco) ações para formar 1 (uma) ação, sem modificação do capital social e consequente reforma e consolidação do Estatuto Social da Companhia para refletir o agrupamento; **Instruções gerais:** Os acionistas deverão apresentar, com, no mínimo, 48 (quarenta e oito) horas de antecedência, a fim de o documento de identificação e/ou atos societários pertinentes que comprovem a representação legal, conforme o caso; (ii) comprovante expedido pela instituição escrituradora, no máximo, 3 (três) dias antes da data de realização da Assembleia Geral; (iii) instrumento de mandato com reconhecimento da firma do outorgante; e/ou (iv) relativamente aos acionistas participantes da custódia funcional de ações nominativas, o extrato contendo a respectiva participação acionária, emitido pelo órgão competente, referida custódia deverá ser entregue nesta Cidade, na Praia de Botafogo, nº 501, Torre Corcovado, sala 703, Botafogo, CEP: 22250-940. Em atenção ao disposto na Instrução CVM nº 165, de 11 de dezembro de 1991, alterada pela Instrução CVM nº 282, de 26 de junho de 1995, informamos que o percentual mínimo de participação no capital votante necessário à realização da adoção do voto múltiplo é de 5% (cinco por cento). A finalidade para requerer a adoção do voto múltiplo poderá ser exercida pelos acionistas até 48 (quarenta e oito) horas antes da realização da assembleia, nos termos estabelecidos no § 1º do artigo 141, da Lei nº 6.404/76. Permanece a disposição dos acionistas, na sede da Companhia, a página de Relações com Investidores, em: <http://www.loginlogistica.com.br/>, na página da CVM (www.cvm.gov.br/) e da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros (www.bmfbovespa.com.br/), toda documentação pertinente às matérias que serão deliberadas na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária, nos termos do artigo 6º da Instrução CVM nº 483/03, Rio de Janeiro, 12 de abril de 2016. **Ricardo A. Weiss** - Presidente do Conselho de Administração

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA
Departamento Executivo de Licitações

EDITAL DE PUBLICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 65/2016

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PROJETORES MULTIMÍDIA

CREDECIMENTO NO SÍTIOS DA CAIXA ATÉ: 29/04/2016 ÀS 16h

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 02/05/2016 ÀS 09h

INÍCIO DA DISPUTA DA ETAPA DE LANCES: 02/05/2016 ÀS 10h30

TÉRMINO DA DISPUTA DA ETAPA DE LANCES: 02/05/2016 ÀS 11h

Obtenção do Edital: gratuito através do site www.paulinia.sp.gov.br/editais.aspx ou www.caixa.gov.br.

Paulínia, 12 de abril de 2016.

REGINA HELENA DE CAMPOS MARCIANO
SECRETÁRIA(O) MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

EDITAL DE CITAÇÃO. Processo Físico nº: 0003566-11.2012.8.26.0236. Classe: Assunto: Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária - Resgate de By Financeira Sa Crédito. Requerente: Maria Joaquina Ferreira Teixeira. **EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS.** PROCESSO Nº 0003566-11.2012.8.26.0236. O MM. Juiz de Direito da 1ª Vara Cível, do Foro de Itabuna, Estado de São Paulo, Dr. Cláudio Resende, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Maria Joaquina Ferreira Teixeira, CPF: 162.175.038-83, Brasileiro, que lhe foi proposta uma ação de Busca e Apreensão Em Alienação Fiduciária por parte de By Financeira Sa Crédito. Financiamento e Investimento, alegando em síntese: por força do contrato de abertura de crédito com alienação fiduciária em garantia, datado de 01/08/2011, celebrado entre requerente e requerida, nos termos do artigo 2º e 3º da Lei nº 10.931/04, foi objeto de alienação fiduciária o seguinte veículo FIAT/UNO MILLE IE, nº de fabricação/modelo: 199511996, placa CCN 7102, cinza, chassi 9BD1460875643138. Pelo contrato o fiador declara haver recebido no ato de sua assinatura a importância de R\$ 7.809,00, obrigando-se a restituí-las em 48 prestações mensais de R\$ 166,00, com juros. A primeira prestação teve seu vencimento pactuado para o dia 01/07/2011 e o vencimento da prestação derradeira ficou pactuado para o dia 01/06/2013. O requerido, entretanto, deixou de pagar as prestações vencidas desde 01/02/2012, obrigando o requerente enviar ao Cartório de Registro de Títulos e Documentos notificação extrajudicial para que a mesma fosse caracterizada. O autor requerer liminarmente a busca e apreensão do bem acima mencionado, pedido que foi deferido e devidamente cumprido na data de 06/07/2012. Encontrando-se o bem em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua CITAÇÃO, por EDITAL, para os atos e termos da presente e no prazo de 5 (cinco) dias para pagar a integralidade da dívida pendente, sob pena de consolidar-se a propriedade e a posse plena do bem em nome do credor, e o prazo de 15 (quinze) dias para contestar a ação, que ficará após o decurso do prazo do presente edital, presente respondido. Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão acerto, pelo réu, como verdadeiros os fatos articulados pelo autor. Será o presente edital, por contestar e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Itabuna, aos 19 de novembro de 2015.

SUZANO Companhia Aberta

CNPJ/MF nº 60.651.809/0001-15 - NIRE 353.0001186-4

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

São convidados os Srs. Acionistas a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Suzano Holding S.A. ("Assembleia") e "Companhia", respectivamente, a ser realizada no dia 28.04.2016, às 10h, no edifício da sede social da Companhia, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1355, 10º andar, nesta Capital, a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: **Em Assembleia Geral Ordinária:** (i) apreciação das contas dos administradores, exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31.12.2015; (ii) fixação do número de membros do Conselho de Administração e eleição dos seus membros; (iii) fixação do montante global da remuneração anual do Conselho de Administração e da Diretoria; e (iv) instalação do Conselho Fiscal, bem como eleição e fixação da remuneração de seus membros. **Em Assembleia Geral Extraordinária:** (i) apreciação e votação de proposta da Administração de distribuição de dividendos à conta da reserva de lucros para aumento de capital. Em atenção ao disposto no artigo 3º da Instrução CVM nº 165, de 11.12.91, conforme alterada, informamos que o percentual mínimo do capital votante para solicitação de adoção do processo de voto múltiplo é de 5% (cinco por cento). Os acionistas deverão comparecer à Assembleia munidos de documento de identificação, podendo ser procurador constituído há menos de 1 (um) ano contado da data da Assembleia, sendo que, em se tratando de acionistas pessoas físicas, o procurador deve ser administrador da Companhia, advogado ou instituição financeira, nos termos do Artigo 126 da Lei 6.404/76. Em todo caso, os procuradores deverão estar munidos de documento de identificação e de procuração. São Paulo, 12 de abril de 2016. Boris Tabacoff - Presidente do Conselho de Administração.

Grendene GRENDENE S.A.

Companhia Aberta - CNPJ Nº. 89.850.341/0001-60 - NIRE Nº. 23300021118-CE

Aviso aos Acionistas - Distribuição de JCP e Dividendos

Comunicamos aos acionistas que em Assembleia Geral Ordinária, desta Companhia, realizada em 11/04/2016, foi ratificada a aprovação da distribuição do saldo de dividendos do exercício findo em 31/12/2015, no montante bruto de R\$110.894.142,10 (cento e dez milhões, oitocentos e noventa e quatro mil, cento e quarenta e dois reais e dez centavos) (líquido R\$95.894.142,10), que serão pagos aos acionistas a partir de 27/04/2016 e distribuídos da seguinte forma: **a) Em forma de juros sobre o capital próprio (JCP)** imputados nos dividendos, observados os limites estabelecidos no artigo 9º, §7º, da Lei 9.249/95, no montante bruto de R\$100.000.000,00, correspondendo ao valor bruto por ação de R\$0,32535249 ou com a retenção de 15% de imposto de Renda na Fonte, e o valor líquido de R\$85.000.000,00 perfazendo o valor líquido por ação de R\$0,282654961. A Companhia solicita aos acionistas, empresas e/ou entidades que não estejam sujeitas a retenção do imposto de Renda na Fonte, conforme a legislação em vigor, que providenciem o envio da documentação comprobatória para a sede administrativa da Companhia, na Av. Pedro Grendene, 131, Bairro Volta Grande, CEP nº 95180-000, Farpouilha/RS, aos cuidados do Departamento de Relações com Investidores, até 20 de abril de 2016. **b) Em forma de dividendos** o valor complementar de R\$10.894.142,10 cabendo aos acionistas titulares de ações ordinárias, o valor de R\$0,036226863 por ação, sem remuneração ou atualização monetária e não haverá retenção de imposto de Renda. Farão jus ao recebimento dos juros sobre o capital próprio e dividendos complementares, os acionistas titulares de ações ordinárias (GRNDs) inscritos nos registros da Companhia em 14/04/2016 (data do corte). Desta forma, as ações GRNDs passarão a ser negociadas ex-dividendos e ex-juros sobre capital próprio a partir de 15/04/2016, na BM&FBOVESPA. Esta distribuição de JCP e dividendos complementares (R\$110.894.142,10), somada ao montante de R\$165.031.505,86, pagos antecipadamente em 2015, totalizam um montante bruto de R\$275.925.647,96 (duzentos e setenta e cinco milhões, novecentos e vinte e cinco mil, seiscientos e quarenta e sete reais e noventa e seis centavos) (líquido R\$260.925.647,96), sendo R\$10.316.725,47 referentes a Reversão da reserva reflexa (equivalente a igual reserva feita em controlada) e o valor bruto de R\$265.608.922,49 (líquido R\$250.608.922,49) relativos ao exercício social de 2015. O pagamento dos valores distribuídos será efetuado da seguinte forma: **a)** Os acionistas que já indicaram conta bancária terão seus créditos disponíveis na conta corrente informada ao Itaú Unibanco S.A.; **b)** Para os acionistas que não fizeram esta indicação, o Itaú Unibanco S.A., como Instituição Financeira Depositária enviará aviso contendo informações sobre o pagamento, o qual deverá ser apresentado numa de suas agências com instruções para processamento do respectivo crédito de conta bancária. Os acionistas terão seus créditos disponíveis na data de início do pagamento desde direito de acordo com a sua conta corrente e domicílio bancário, fornecidos ao Banco Itaú Unibanco S.A. Sobre, 11 de abril de 2016. Franciso Olinto Vello Schmitt - Diretor de Relações com Investidores.

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO
CASA MILITAR

AVISO DE LICITAÇÃO

Acha-se aberta na Divisão de Finanças e Compras da Casa Militar, situada na Avenida Morumbi, nº 4.500, sala 28, Andar Intermediário, Morumbi - SP, a licitação na modalidade Pregão (Eletrônico), do tipo Menor Preço - Nº CML-013/2016 - Processo nº 12378/2015, Oferta de Compra Nº 51010900012016C00059, objetivando a constituição de sistema de registro de preços para aquisição futura e eventual de talhas de fibrocimento sem amianto. **Data do início do prazo para o envio das propostas eletrônicas:** 13/04/2016. **Data e hora da abertura da sessão pública:** 28/04/2016 às 10:00 horas. Demais informações encontram-se no endereço eletrônico www.bcc.sp.gov.br, conforme disposições do edital que encontra também no site da Casa Militar: www.casamilitar.br (licitações). Maiores informações pelos telefones: (11) 2193.8660/8371 ou correio eletrônico: financasasamilitar@sp.gov.br

Banco Fator S.A.
CNPJ nº 33.644.196/0001-06 - NIRE 33300156803

Ata da Assembleia Geral Extraordinária Realizada em 24.02.2016

Local: Sede Social, na Rua Pernambuco, nº 107, 12º andar - SP/SP/Presença: Totalidade dos acionistas. **Mesa:** Presidente: Walter Apol. Secretário: Marco Antonio Bologna. **Deliberações:** Foi aprovada por unanimidade, a distribuição de dividendos aos acionistas, relativo a lucro de exercícios anteriores a 2015, no montante de R\$3.000.000,00, a base de R\$0,3812374225 por ação, cujo pagamento se dá em duas parcelas: a primeira parcela será paga em 15 de maio de 2016, e a segunda parcela será paga em 15 de junho de 2016. **Marco Antonio Bologna** - Secretário. **JUCESP** nº 13.304/167 em 30/3/2016. Flávia R. Brito Gonçalves - Secretária Geral.

Processo Digital nº: 4005719-48.2013.8.26.0224. Classe: Assunto: Procedimento Comum - Contratos Bancários. Requerente: HSBC BANK BRASIL SA BANCO MULTIPLO. Requerido: Reparadora de Moto Opellegrino Ltda e outro. **EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS.** PROCESSO Nº 4005719-48.2013.8.26.0224 O(A) MM. Juiz(a) de Direito da 10ª Vara Cível, do Foro de Guarulhos, Estado de São Paulo, Dr(a). Lincoln Antônio Andrade de Moura, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Reparadora de Moto Opellegrino Ltda (CNPJ. 05.279.928/0001-70) e Victor Tacchini Ramos (CPF. 306.503.328-30), que HSBC Bank Brasil S/A - Banco Múltiplo lhes ajuizou ação de Cobrança, de Procedimento Ordinário, objetivando a quantia de R\$ 79.311,36 (abril de 2013), referente ao Contrato de Cheque Especial nº 0342-00195-07, Contrato de Crédito Parcelado Giro Fáci nº 0342-05075-50, Contrato de Crédito Parcelado Giro Fáci nº 0342-05257-37, Contrato de Crédito Parcelado Giro Fáci nº 0342-05277-48 e Contrato de Múltiplo nº 4000.00006.88888. Estando a requerida em mora, foi determinada a citação por edital, para que em 15 dias, a partir do dia 20 dias supra, ofereça resposta, sob pena de presumir-se como verdadeiros os fatos alegados. Será o presente edital, por contestar e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de Guarulhos, aos 07 de abril de 2016.

PREFEITURA MUNICIPAL DE LOUVEIRA

COMUNICADO DE REABERTURA DA SESSÃO DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 001/2016

A Prefeitura Municipal de Louveira informa que será reaberta a sessão do Pregão Presencial nº 001/2016, objetivando o registro de preço de saco plástico para lixo reciclável, ficando a data da sessão a partir do dia 15 de abril de 2016, às 14:00 horas. Outras informações, os interessados poderão se dirigir à Rua Catharina Calssavara Caldiana, 451, Leitoá, Louveira - SP ou pelo telefone (19) 3878-9700. Louveira, 12 de abril de 2016. **LUIS HENRIQUE SILVA SCHNEIDER** - Secretário de Administração.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA
Departamento Executivo de Licitações

EDITAL DE PUBLICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 61/2016

OBJETO: AQUISIÇÃO DE LÂMPADAS

CREDECIMENTO NO SÍTIOS DA CAIXA ATÉ: 27/04/2016 ÀS 16h

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 28/04/2016 ÀS 09h

INÍCIO DA DISPUTA DA ETAPA DE LANCES: 28/04/2016 ÀS 10h30

TÉRMINO DA DISPUTA DA ETAPA DE LANCES: 28/04/2016 ÀS 11h

Obtenção do Edital: gratuito através do site www.paulinia.sp.gov.br/editais.aspx ou www.caixa.gov.br.

Paulínia, 12 de abril de 2016.

REGINA HELENA DE CAMPOS MARCIANO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA
Departamento Executivo de Licitações

EDITAL DE PUBLICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 63/2016

OBJETO: AQUISIÇÃO DE MACACÃO E CAPACETE

CREDECIMENTO NO SÍTIOS DA CAIXA ATÉ: 28/04/2016 ÀS 16h

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 29/04/2016 ÀS 09h

INÍCIO DA DISPUTA DA ETAPA DE LANCES: 29/04/2016 ÀS 10h30

TÉRMINO DA DISPUTA DA ETAPA DE LANCES: 29/04/2016 ÀS 11h

Obtenção do Edital: gratuito através do site www.paulinia.sp.gov.br/editais.aspx ou www.caixa.gov.br.

Paulínia, 12 de abril de 2016.

FÁBIO FELDMAN
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA
Departamento Executivo de Licitações

EDITAL DE PUBLICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 64/2016

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PLAYGROUND

CREDECIMENTO NO SÍTIOS DA CAIXA ATÉ: 29/04/2016 ÀS 16h

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 02/05/2016 ÀS 09h

INÍCIO DA DISPUTA DA ETAPA DE LANCES: 02/05/2016 ÀS 10h30

TÉRMINO DA DISPUTA DA ETAPA DE LANCES: 02/05/2016 ÀS 11h

Obtenção do Edital: gratuito através do site www.paulinia.sp.gov.br/editais.aspx ou www.caixa.gov.br.

Paulínia, 12 de abril de 2016.

REGINA HELENA DE CAMPOS MARCIANO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE LOUVEIRA

AVISO DE LICITAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Louveira informa que realizará o Pregão Presencial nº 050/2016, objetivando a contratação de empresa especializada para instalação de tendas, no dia 27 de abril de 2016, às 09:30 horas. O edital em inteiro teor estará à disposição dos interessados na internet, no endereço eletrônico www.louveira.sp.gov.br, ou de 2ª a 6ª feira, das 09h00 às 16h00, na Rua Catharina Calssavara Caldiana, 451, Bairro Leitoá, Louveira - SP. Outras informações no endereço citado ou pelo telefone (19) 3878-9700. Louveira, 12 de abril de 2016. **LUIS HENRIQUE SILVA SCHNEIDER** - Secretário de Administração.

SANTANDER SANTANDER BRASIL ADVISORY SERVICES S.A.

CNPJ/MF nº 04.841.614/0001-57 - NIRE 35.300.180.400

EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam convocados os Acionistas a comparecerem à Assembleia Geral Ordinária que será realizada no próximo dia 29.04.2016, às 10 h, na sede social, na Av. Presidente Juscelino Kubitschek nº 2041 e 2235 - Bloco A (parte), Vila Olímpia, São Paulo - SP, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: 1. tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31.12.2015, acompanhadas do Relatório da Administração, do balanço patrimonial, demais peças das demonstrações financeiras e parecer dos auditores independentes; 2. deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício social findo em 31.12.2015; 3. eleger os membros da Diretoria para um novo mandato; e 4. fixar o montante global do aumento de remuneração dos administradores. **Instruções Gerais:** 1. No caso de representação do acionista por procurador, o instrumento de procuração deverá ser depositado no serviço de acionistas da Companhia até 2 (dois) dias antes da data da realização da AGO; e 2. Os documentos relativos às matérias a serem deliberadas na AGO encontram-se à disposição dos acionistas na Av. Presidente Juscelino Kubitschek nº 2041/2235 - Juridico Societário - 9º andar - Vila Olímpia - São Paulo/SP, CEP: 04543-011; onde poderão ser consultados, em dias úteis, no horário das 10:00 às 16:00 h. São Paulo, 11 de abril de 2016. **Santander Brasil Advisory Services S.A.**

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA
Departamento Executivo de Licitações

EDITAL DE PUBLICAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº: 04/2016

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA OU CONSÓRCIO DE EMPRESAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROJETOS BÁSICOS DE ARQUITETURA, ESTRUTURA, HIDRAULICA E ELÉTRICA E PREVENÇÃO DE INCÊNDIO PARA REFORMA, ADEQUAÇÃO E AMPLIAÇÃO DO CENTRO DE ZENÓZES DE PAULÍNIA - PRAZO MÁXIMO PARA ENTREGA E PROTOCOLO DOS ENVELOPES Nº 01- "DOCUMENTAÇÃO" E Nº 02- "PROPOSTA DE PREÇOS".

Data: até o dia 03/05/2016 - Horário: até às 09h impreterivelmente.

Abertura dos envelopes nº 01 - "Documentação":
Data: 03/05/2016
Horário: 10h

Disponibilidade do Edital: Gratuitamente no site: www.paulinia.sp.gov.br.

Caso o(a) licitante(s) porventura não tenham acesso a Internet a pasta completa terá como prazo para retirada e pagamento da seguinte forma:
Início: dia 13/04/2016 - Término: dia - 02/05/2016 - Horário: das 08h às 17h "Valor da pasta: R\$ 29,25"

Local: Departamento Executivo de Licitações - Endereço: Avenida Prefeito José Lozano Araújo nº 1.551 - Bairro Parque Brasil 500 - Paulínia-SP

Paulínia 12 de abril de 2016.

MARCELO LIMA B. DE MELLO
SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS

invepar **GRU AIRPORT**

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR
CNPJ/MF 03.758.318/0001-24
NIRE: 33.3.002.6.520-1

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.
CNPJ/MF 11.578.569/0001-06
NIRE: 35.300.438.26-2

FATO RELEVANTE

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR ("INVEPAR") e **CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.** ("GRU Airport") em atendimento às disposições da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários nº 358, de 03 de janeiro de 2002, conforme alterada, informam ao mercado que na data de hoje houve uma diligência de busca e apreensão na sede da empresa, e em sua subsidiária Aeroporto de Guarulhos Participações S.A. ("GRU PART"), controladora de GRU Airport. Na mesma data, houve a condução coercitiva para esclarecimentos do diretor-presidente da Invepar.

O objeto dos mandados em questão:

(i) referir-se somente a temas específicos, entre eles fatos relacionados a seu acionista OAS, detentor de 24,44% das ações da Invepar; e

(ii) não contém nenhuma referência às concessões e atividades da Invepar, Grupos e demais controladas.

O resultado da busca e apreensão se limitou a apreensão de três computadores individuais, algumas unidades de memória, agendas pessoais de dois executivos do grupo e documentos esparsos.

Rio de Janeiro, 12 de abril de 2016.

INVESTIMENTOS E PARTICIPAÇÕES EM INFRAESTRUTURA S.A. - INVEPAR
Diretor Vice-Presidente Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores

CONCESSIONÁRIA DO AEROPORTO INTERNACIONAL DE GUARULHOS S.A.
Diretor Administrativo Financeiro e de Relações com Investidores

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA
Departamento Executivo de Licitações

EDITAL DE PUBLICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 62/2016

OBJETO: AQUISIÇÃO DE ELETRODOMÉSTICOS

CREDECIMENTO NO SÍTIOS DA CAIXA ATÉ: 28/04/2016 ÀS 16h

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 29/04/2016 ÀS 09h

INÍCIO DA DISPUTA DA ETAPA DE LANCES: 29/04/2016 ÀS 10h30

TÉRMINO DA DISPUTA DA ETAPA DE LANCES: 29/04/2016 ÀS 11h

Obtenção do Edital: gratuito através do site www.paulinia.sp.gov.br/editais.aspx ou www.caixa.gov.br.

Paulínia, 12 de abril de 2016.

REGINA HELENA DE CAMPOS MARCIANO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PREFEITURA MUNICIPAL DE PAULÍNIA
Departamento Executivo de Licitações

EDITAL DE PUBLICAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 66/2016

OBJETO: AQUISIÇÃO DE VENTILADORES DE PAREDE

CREDECIMENTO NO SÍTIOS DA CAIXA ATÉ: 29/04/2016 ÀS 16h

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS ATÉ: 02/05/2016 ÀS 09h

INÍCIO DA DISPUTA DA ETAPA DE LANCES: 02/05/2016 ÀS 10h30

TÉRMINO DA DISPUTA DA ETAPA DE LANCES: 02/05/2016 ÀS 11h

Obtenção do Edital: gratuito através do site www.paulinia.sp.gov.br/editais.aspx ou www.caixa.gov.br.

Paulínia, 12 de abril de 2016.

REGINA HELENA DE CAMPOS MARCIANO
SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

BRASMOTOR S.A.

CNPJ/MF nº 61.084.848/0001-02 - NIRE nº 35300026667

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária

São convidados os Senhores Acionistas da BRASMOTOR S.A. ("Companhia") a se reunirem em AGO a ser realizada no dia 27/04/16, às 09:30h, na sede social, na Rua Pernambuco, nº 12.996, 3º andar, sala 2, em SP/SP, a fim de deliberar sobre os seguintes assuntos propostos na Reunião do Conselho de Administração de 11/04/16, que constituía a Ordem do Dia, a saber: **EM AGO:** 1) Aprovar o Relatório Anual da Administração, das Demonstrações Financeiras e o Relatório dos Auditores Independentes relativos ao exercício social encerrado em 31/12/15; 2) Deliberar sobre a proposta de destinação do lucro líquido do exercício encerrado em 31/12/15. Somente poderão participar da AGO os Acionistas cujas ações escriturais estiverem inscritas em seu nome nos registros da Instituição Financeira Depositária, Banco Bradesco S.A., até 5 dias antes da realização da mesma. Nos 5 dias que antecederem a AGO ficarão suspensos os serviços de transferência de ações. Os acionistas da Companhia deverão comparecer à Assembleia munidos dos seguintes documentos: (a) documento de identificação; (b) se for o caso, instrumento de mandato para representação do acionista por procurador, outorgado nos termos do Artigo 126, §1º, da Lei nº 6.404/76; SP, 12/04/16. **Júlio Carlos Costa Brega** - Presidente do Conselho de Administração. (12, 13 e 14/04/2016)

Amazontech Group Investimentos e Participações S.A.

CNPJ nº 05.374.117/0001-59 - NIRE nº 35.300.191.617

Edital de Convocação - Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária

Convocamos os Srs. (as) Acionistas para se reunirem em AGO/AGE, a realizar-se em 27 de Abril de 2016, às 17h00, na Rua Peixoto Gomide, 996, 6º Andar, Cerqueira César, São Paulo/SP, para deliberar sobre a seguinte Ordem do Dia: 1. Aprovação do balanço e demais demonstrações financeiras do exercício social encerrado em 31 de Dezembro de 2015; 2. Destinação dos resultados do exercício; 3. Outros assuntos de interesse da Companhia. São Paulo, 11 de Abril de 2016.

Antonio Luiz Mussol - Diretor Executivo

Assurant Seguradora S.A.

CNPJ/MF nº 03.829.704/0001-52 - NIRE nº 35.300.191.617

Ata de Reunião do Conselho de Administração Realizada em 22 de Fevereiro de 2016

1) Data, Hora e Local de Realização: Aos 22 dias de fevereiro de 2016, às 16:00 horas, na sede da Assurant Seguradora S.A., localizada na Cidade de Buenos, Estado de São Paulo, na Alameda Rio Negro, nº 585, Edifício Demini, 3º andar, e Edifício Jacaré, 15º andar, conjunto 15B, Alphaville, CEP 04542-000 ("Companhia") 2) **Convocação e Presença:** Dispensada a convocação, tendo em vista a presença da totalidade dos membros do conselho de administração da Companhia. 3) **Composição da Mesa:** Sr. Ricardo Arthur Fiuza de Bragança, Presidente da Mesa, e Sra. Ana Paula de Almeida Santos, Secretária. 4) **Ordem do Dia:** (a) aprovar as contas dos administradores da Companhia, exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras, acompanhadas do Relatório da Administração e do Parecer dos Auditores Independentes da Companhia, relativos ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2015; (b) aprovar a proposta da administração da Companhia para destinação do lucro líquido do exercício encerrado em